

TEXTUAL

*“É um fato histórico. Estamos dotando a região de um instrumento moderno de planejamento e articulação”***EDSON APARECIDO**
SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO*“Com a lei aprovada, começa uma nova fase. Nada de prefeito buscando recursos sozinho, todo investimento passa a ser global”***PADRE AFONSO LOBATO (PV)**
DEPUTADO ESTADUAL

PLANEJAMENTO PROJETO RECEBE 12 EMENDAS E PASSA COM UNANIMIDADE

Assembleia aprova lei que cria Região Metropolitana do Vale

Texto segue hoje para sanção do governador Geraldo Alckmin; previsão é que seja possível iniciar operações até abril

UMA NOVA
METRÓPOLE**FILIPE MANOUKIAN**
ENVIADO ESPECIAL A SÃO PAULO

Depois de 11 anos, a Assembleia Legislativa aprovou ontem, por unanimidade, o projeto de lei que cria a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte.

O texto da RMVale deve ser encaminhado hoje ao governador Geraldo Alckmin (PSDB) para sanção. Com isso, a expectativa é que a RMVale comece a ser operacionalizada até abril.

A votação ocorreu de forma tranquila na Assembleia. A discussão do projeto durou uma hora e 50 minutos, entre as 18h e 19h50.

Os 93 deputados presentes —o único ausente foi o tucano Ary Fossen, licenciado— elogiaram a proposta. Junto ao texto original, enviado em 4 de novembro pelo governador, foram aprovadas 12 emendas.

Estrutura. A RMVale nasce com o objetivo de integrar o planejamento regional nas 39 cidades do Vale e Litoral.

Trata-se de um instrumento político que cria um Conselho Deliberativo, composto pelos 39 prefeitos da região, 39 representantes do Estado, mais um membro da Assembleia Legislativa, que discutirá melhorias comuns à região, com o poder de destinar verbas.

A RMVale também contará com um Conselho Consultivo, formado por representantes da sociedade civil, que poderão direcionar demandas ao grupo deliberativo, e com uma Agência, entidade a ser criada para viabilizar a aplicação de recursos.

Na esfera mais prática, a RMVale possibilitará, de imediato, a unificação das ligações com custo local em toda as 39 cidades do Vale (fim do DDD), aumento do teto de financiamento do programa Minha Casa Minha para R\$ 170 mil (hoje de R\$ 80 mil



Deputados comemoram a aprovação do projeto que cria a RMVale; texto deve ser encaminhado hoje para a sanção do governador

SAIBA MAIS

Definição

O que é uma RM?

A Região Metropolitana é uma ferramenta criada pelo Estado para discutir questões que afetam um determinado grupo de cidades com integração territorial e econômica

Agência

Executora

Ao virar RM, o Vale vai ganhar uma agência para implementar projetos e obras que estimulem o desenvolvimento da região e solucionem problemas comuns das 39 cidades

Suporte

Conselho e Fundo

A agência terá um conselho gestor, formado por representantes das 39 prefeituras do

Vale e do Estado, e um fundo para captação de verbas públicas ou de instituições financeiras (inclusive internacionais)

Vantagens

Ganhos imediatos

A mudança trará ganhos imediatos ao Vale, como a eliminação de tarifa de DDD para ligações entre as cidades da RM e a elevação do teto de financiamento do programa Minha Casa, Minha Vida

Prestígio

Mais peso político

Em médio e longo prazos, a criação da RM também garantirá o aumento de repasses estaduais e federais para investimentos no Vale, além de permitir um planejamento conjunto para questões como ocupação urbana e transporte público e ampliar a força política da região

nas cidades pequenas).

“Em 2001, quando o Carlinhos Almeida (PT) fez a proposta, nos parecia uma utopia. Em 2007, a Frente Parlamentar (em Defesa do Vale) assumiu a discussão e fez um novo projeto, que também ficou parado. Então, este é um momento histórico”, disse Marco Aurélio de Souza (PT).

Emendas. Junto com o texto original, os deputados aprovaram emendas com o objetivo de dar mais transparência aos atos do Conselho da RMVale.

Entre as emendas, de autoria dos deputados Afonso Lobato (PV) e Marco Aurélio, estão as que tornam públicos os encontros do Conselho de Desenvolvimento e permitem que o Conselho Consultivo tenha voz mais ativa. Foi aprovada também a participação de um deputado no colegiado.

Após a aprovação final do projeto, o colégio de líderes partidário da Assembleia con-

vocou sessão extraordinária para redação final do projeto, ainda ontem à noite. A emenda que criava o ‘conselho da RM’, com participação da sociedade civil no Conselho Deliberativo, foi rejeitada.

Clima. Durante a votação, deputados da oposição e governo se revezaram no palanque elogiando o secretário de Desenvolvimento Metropolitano, Edson Aparecido, pelo projeto, e os deputados da região, Afonso Lobato, Marco Aurélio e Hélio Nishimoto (PSDB).

Presidente da Frente em Defesa do Vale, Afonso Lobato aproveitou o palanque para fazer um alerta. “Não basta criar a RM, é preciso achar uma boa governança. É preciso encontrar mecanismos para dividir bem as riquezas da região.”



Comente esta reportagem no site www.ovale.com.br

PONTO DE VISTA

Meta é iniciar operação até abril de 2012

DO ENVIADO ESPECIAL

O secretário de Desenvolvimento Metropolitano do Estado, Edson Aparecido, espera colocar a RMVale em funcionamento até abril de 2012.

A ideia, segundo ele, é organizar um evento para o governador Geraldo Alckmin (PSDB) sancionar o projeto, provavelmente em 10 de janeiro.

A partir daí, a secretaria já daria início aos trabalhos de composição do Conselho Deliberativo —primeira etapa para oficialização. Os trabalhos devem durar até 90 dias.

“É um fato histórico. Estamos dotando a região de um instrumento moderno de planejamento e articulação para que a região acompanhe o desenvolvimento das áreas mais desenvolvidas do país.”

O secretário adiantou que o governador não deve barrar as mudanças no projeto propostas pelos deputados. “A Assembleia aperfeiçoou o projeto, dando mais transparência aos atos da RM e se colocando para atuar também”, disse.

Após a aprovação, o governador tem 15 dias úteis para sancionar o projeto. “A ideia é realizar um grande evento na região. Então, a Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano terá 90 dias para instalar a RM”, afirmou.

ORGANIZAÇÃO

RMVale é a quarta a ser instalada em SP

A RMVale é a quarta Região Metropolitana de São Paulo a ser organizada no Estado. Neste ano, também já foi formalizada a criação da RM de São Paulo. Antes disso, já existiam as RMs da Baixada Santista e da região Campinas. A RMVale, com 2,2 milhões de habitantes, nasce como a 10ª maior do país. São 39 municípios, assim como a RM de São Paulo.

SOB SUSPEITA PROMOTORA APONTA IRREGULARIDADES EM PREGÃO DA PREFEITURA

MP pede anulação de certame

Ação aponta falha em contratação de sistema de comunicação para atender repartições públicas; prefeitura diz que aguarda notificação

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

O Ministério Público de São José dos Campos pediu à Justiça a anulação do pregão realizado pela prefeitura para a implantação de uma nova rede de dados nas repartições municipais.

O certame, com valor esti-

mado em R\$ 9,936 milhões, foi realizado pela administração em dezembro de 2009.

A prefeitura declarou o consórcio Trópico-VTech (com empresas de Campinas e São Paulo) vencedor do certame, mas o contrato não chegou a ser assinado devido a uma liminar obtida pela segunda colocada do pregão, a empresa E-Max Serviços de Gestão em Telecomunicações.

“O ponto principal desta ação é a legislação. Os serviços contratados não são compatíveis com a modalidade de pregão”, disse a promotora Ana Cristina Ioriatti Chami, autora da ação.

Para o MP, o serviço de comunicação deveria ser contratado por meio de concorrência pública, e não pregão.

“A partir do momento que existe uma certa complexidade no serviço que exija parecer técnico e avaliação, por lei, é preciso uma comparação entre as empresas concorrentes”, afirmou Ana.

Antes de recorrer à Justiça, a promotora chegou a recomendar à prefeitura a anulação do certame, mas a administração não atendeu o pedido.

O consórcio Trópico-VTech também é acusado de não apresentar todas as certidões exigidas no edital da prefeitura.

SAIBA MAIS

→ O QUE

Ministério Público de São José pediu à Justiça a anulação do pregão realizado pela prefeitura para a implantação de uma nova rede de dados nas repartições municipais

→ MOTIVO

A Promotora de Justiça entende que a contratação deveria ter sido feita pela prefeitura por meio de uma concorrência pública, que tem critérios mais rigorosos que o pregão, por tratar de um serviço mais complexo



A promotora Ana Chami, que pede a anulação do certame

Um dos atestados de qualificação apresentados pelo grupo teria sido assinado por um de seus próprios dirigentes, usando um codinome. A suposta fraude é alvo de um inquérito na Polícia Civil.

A empresa derrotada no pregão também acusa o consórcio de apresentar irregularidades em seu balanço patrimonial.

Somente duas empresas disputaram o contrato.

Outro lado. Em nota, a Prefeitura de São José informou que ainda não foi oficialmente notificada sobre a ação do MP.

Sobre o pregão suspenso, a prefeitura informou que continua aguardando a decisão definitiva da Justiça sobre o caso.

O advogado do consórcio VTech, Maurício Arthur Lefevre Neto, disse ontem que aguardará ser notificado oficialmente para se pronunciar sobre o caso.